

Licitação sairá em 15 dias

Os estudos que alicerçaram o entendimento do que somente a ampliação das Estações de Esgoto Norte e Sul eliminará o processo de poluição do Lago Paranoá já têm mais de 10 anos, como informou o presidente da Caesb ao historiar a questão, antes de se pronunciar pela não-concessão do Rima. A origem do problema é consensual: a proliferação das algas do tipo **Microcystes**

Aeruginosa, que mortas provocam um forte mau-cheiro e a formação de camada gelatinosa e putrefeita que precisa ser removida, como já ocorreu em 1978, é dinamizada pelo excessivo depósito de nutrientes — basicamente o fósforo — presentes no esgoto lançado à água **in natura**.

Em 1978, quando ocorreu este fenômeno, a presença das algas era verificada em 10 por cento da superfície do Lago. Hoje, ela atinge a quase 70 por cento. Atualmente, as duas estações operam com grande defasagem, ou seja: parte do esgoto carreado é depositado **in natura**. Segundo Márcio Marata, diretor do Departamento de Engenharia da Caesb, em termos populacionais esta defasagem corresponderia ao não tratamento do esgoto de no mínimo 250 mil pessoas. Isto se considera uma população de 450 mil pessoas no Plano Piloto, para uma capacidade de tratamento correspondente a 200 mil. Só

que as duas ETEs operam também o tratamento do esgoto do Núcleo Bandeirante e Guará, o que elevaria sensivelmente os números apresentados.

Numa primeira etapa, que já teve as obras licitadas no Valor de 100 milhões de dólares, as duas estações seriam ampliadas para suprir a defasagem existente. Numa etapa segunda, informou Márcio, seriam construídas as redes coletoras no Lago Norte e Sul, que tem boa parte de suas residências jogando o esgoto diretamente na água, embora exista a exigência de que o sistema de captação seja feito através de fossas. Indagado, Márcio considerou discutível a exigência futura do Rima para as obras desta segunda etapa, embora elas estejam incluídas no item construção de coletores e emissários de esgotos sanitários.

Os resultados da licitação para as obras da primeira etapa, que têm duração estimada em três anos, sairão dentro de 15 dias, segundo previu o diretor de engenharia da Caesb. O processo desencadeado não será interrompido pelo processo instaurado pela Promotoria Pública, a menos que as entidades interessadas usem de outros recursos — uma liminar, por exemplo — ou que no futuro o Poder Público entenda ser necessária a apresentação do Rima.